

Críticas à política de colonização israelense em territórios palestinos



Uma polêmica lei foi aprovada pelo Parlamento israelense, que pretende legalizar milhares de moradias clandestinas construídas por colonos em territórios palestinos da Cisjordânia. As críticas choveram contra o ato, considerado um roubo de propriedades que atenta contra a solução do conflito entre os dois povos.

Durante visita à França, o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmud Abbas, disse que seu governo está comprometido com o processo de entendimento para resolver as divergências com o Estado sionista, mas há limites que não podem ser ultrapassados.

Abbas e seu anfitrião, François Hollande, julgam que a lei israelense é um atentado à solução da crise no Oriente Médio, a qual passa pela criação e o reconhecimento de dois países soberanos que sejam capazes de conviver em paz com as fronteiras existentes antes de 1967.

Em 15 de janeiro passado, representantes de 75 países e organizações internacionais se reuniram, em Paris, para discutir a situação. E advertiram ao primeiro-ministro sionista Benjamin Netanyahu sobre as consequências da política de construir colônias em territórios palestinos ocupados.

Apesar das advertências, o Parlamento israelense se reuniu na semana passada e aprovou uma lei que legaliza milhares de moradias edificadas nos últimos anos sobre terrenos cujos proprietários são cidadãos palestinos, o que legaliza a usurpação de territórios alheios.

A representante da União Europeia Federica Mogherini censurou a iniciativa israelense e observou: Tel Avive, ao aprovar tal medida, está entrando em areias movediças.

Segundo a chefe da diplomacia da União Europeia, a lei permite se apropriar dos direitos de propriedade palestinos em território ocupado.

E avisou: se essa legislação for ratificada, consolidará a realidade da desigualdade de direitos de um só Estado e a ocupação e o conflito perpétuos.

Houve reações adversas dentro de Israel inclusive, onde duas organizações humanitárias entraram com ação na Suprema Corte de Justiça para impedir que a legalização do roubo de propriedades palestinas seja consumada.

O grupo Adalah e o Centro de Ajuda Legal e dos Direitos Humanos de Jerusalém buscam evitar que a iniciativa entre em vigor e legalize as colônias denominadas “selvagens” como são conhecidas as moradias construídas sem consentimento explícito do governo sionista.

Até agora, Israel tinha estabelecido uma diferença entre as colônias reconhecidas e as chamadas “selvagens”, mas a atual lei lhes daria o mesmo tratamento.

Sendo Cisjordânia um território ocupado militarmente por Israel desde 1967, o direito internacional considera que todos esses assentamentos são ilegais.

Em poucas palavras, é um projeto de Tel Avive para impedir uma solução ao conflito criado no final da primeira metade do século passado, que já provocou centenas de milhares de vítimas e sofrimentos ao povo palestino, que pede intervenção da comunidade internacional para restabelecer a ordem nesse território.

<https://www.radiohc.cu/index.php/pt/especiales/comentarios/121485-criticas-a-politica-de-colonizacao-israelense-em-territorios-palestinos>



Radio Habana Cuba